



REQUERIMENTO N° , DE 2016
(Do Sr. Adelmo Carneiro Leão)

Solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Eliseu Padilha, Ministro-Chefe da Casa Civil para prestar esclarecimentos sobre a destinação de verbas federais ao Estado do Rio de Janeiro, a partir da edição do Decreto Estadual n° 45.692, de 17 de Junho de 2016, que declarou estado de calamidade pública.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e na forma do art. 32, XI, 'f', do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam requisitadas informações ao Excelentíssimo Senhor Eliseu Padilha, Ministro-Chefe da Casa Civil, para prestar esclarecimentos sobre a destinação de verbas federais ao Estado do Rio de Janeiro, a partir da edição do Decreto Estadual n° 45.692, de 17 de Junho de 2016, que declarou estado de calamidade pública, em razão da grave crise financeira, que impediria o cumprimento das obrigações assumidas em decorrência da realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Justificativa

Na última semana, o Governo do Estado do Rio de Janeiro editou Decreto Estadual n° 45.692, de 17 de junho de 2016, que decretou estado de calamidade pública.

Segundo a motivação do ato normativo secundário, a queda de arrecadação estadual e a grave crise financeira comprometeram a destinação de verbas para o regular cumprimento das obrigações assumidas com a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Nesse sentido, as informações veiculadas nos últimos dias dão conta de que a edição do referido ato contava com a “anuência do governo federal”, no sentido de que facilitaria o repasse de verbas federais em regime de urgência ao Estado do Rio de Janeiro.

Assim, considerando a competência deste colegiado para fiscalizar e acompanhar a execução orçamentária e financeira da União (art. 32, inciso XI, alínea b, do RICD), oportuno se faz a requisição de informações ao Ministro da Casa Civil para prestar esclarecimentos a respeito da dinâmica orçamentária a ser empreendida, bem como dos valores a ser repassado ao



Câmara dos Deputados
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Estado do Rio de Janeiro para o cumprimento das obrigações firmadas com a execução dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Pelas razões expostas, propugnamos pela aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em 20 de junho de 2016.

Deputado Adelmo Carneiro Leão
PT/ MG